



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PARQUE ANHEMBI, SÃO PAULO, SP, 11 DE JANEIRO DE 2000

Senhor Governador do Estado de São Paulo, meu querido amigo Mário Covas; Senhor Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes; Senhor Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que nos dá a honra da presença; Senhor Prefeito da cidade de São Paulo, Celso Pitta; Senhores Parlamentares, Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

O que estamos acabando de ver aqui, nesta feira, é um exemplo vibrante da capacidade dos brasileiros, dos empresários e dos trabalhadores de enfrentar e vencer os desafios nesta era de globalização.

Estou aqui precisamente por isso: para chamar a atenção do Brasil para esse exemplo e para dizer que podem contar comigo, podem contar com a parceria do Governo Federal para que possamos levar adiante esse esforço vitorioso. Já direi de que maneira vão contar.

Todos sabemos que a competição em escala global é um jogo duro. Não é para amadores. É um esporte para profissionais. E o setor calçadista pagou um preço alto pela abertura do nosso mercado e pela valorização do real. O que as estatísticas de desempenho do setor demonstram, sobretudo nesta feira – basta olhar –, é que o

setor conseguiu pagar esse preço e transformar o obstáculo em plataforma para um salto de qualidade.

Nos últimos anos, esse setor investiu fortemente, renovou seu equipamento, modernizou os métodos de produção, incorporou padrões internacionais de qualidade, atualizou produtos, cuidou da qualificação dos trabalhadores – isso é fundamental, sobretudo em um setor como esse, que é um setor intensivo de mão-de-obra – e espraiou sua presença pelo Brasil afora.

Pelas minhas informações, contamos, hoje, com indústrias de calçados e de couro em 14 estados. Naturalmente, tenho, como paulista, a honra de dizer que São Paulo continua sendo um grande produtor e que estamos aqui também felizes de ver que o Rio Grande do Sul é o outro grande produtor. Não é por acaso que os dois governadores estão aqui, nesta festa de hoje.

Com isso tudo, esse setor conseguiu os ganhos de produtividade necessários para enfrentar a competição estrangeira e para ampliar a sua capacidade no mercado interno. E sabemos que exportar é uma questão também de persistência. E esse setor é prova disso. Eu mesmo vi, quantas vezes, o setor desanimado. Esse desânimo não o levou à paralisia, mas a buscar formas de superar os obstáculos.

Por isso mesmo é que, hoje, estamos vendo os êxitos que já foram aqui referidos pelos que me antecederam, pelos que falaram em nome do setor e pelo Governador Mário Covas. As exportações, agora, em 1999, no total, já se aproximam de 2 bilhões de dólares, não só de calçados, mas no setor de couro em geral. Temos uma produção anual de 550 milhões de pares de sapato e exportamos cerca de 150 milhões, mas é de notar-se que a capacidade instalada é para a produção de 700 milhões de pares. De modo que o esforço de exportação e o esforço de ampliação do mercado doméstico podem ser compatibilizados sem que seja necessário, ainda, ampliar a base produtiva, o que dá uma vantagem adicional neste momento de retomada de crescimento.

Todos sabemos que o ano passado, 1999, foi um ano difícil. O Brasil enfrentou turbulências externas de proporções semelhantes às da crise de 1982. E alguns, aqui, se lembram o que foi a crise de 1982, que

nos custou, depois, a paralisia do crescimento, com alguns momentos de interrupção, por quase dez anos, pelas desorganizações ocorridas em função disso. Pois bem, o choque do petróleo de então não terá sido menor do que o choque do petróleo desse ano passado. O preço do petróleo subiu mais de 120%, em um ano. O barril de petróleo custava 11 dólares. Terminou em 25 dólares. Imaginem as conseqüências disso para o país, para a cadeia produtiva e tudo o mais. Isso, apenas como um dos elementos para avaliarmos o esforço que foi feito em 99 para, junto com a crise financeira, enfrentar um choque de petróleo, que aqui passou quase como se não fosse um choque de petróleo. Mas quando se olham os preços e vêem-se as conseqüências, vê-se que, efetivamente, foi um ano muito difícil.

Não obstante, com as reformas que estamos empreendendo no Brasil, desde 95, e com o grande esforço do ano passado, as conseqüências dessa crise foram menos duras do que as da crise de 82. Como eu disse, a crise de 82, com um breve interregno no período do Plano Cruzado, foi uma crise que se alastrou e durou cerca de dez anos. Nós, aqui, em pouco mais de um ano, estamos conseguindo ver os sinais de uma recuperação, que espero seja bastante forte. Conseguimos fazer isso controlando a inflação, o que é decisivo para a possibilidade da retomada do crescimento. Por isso mesmo, acredito que o ano de 2000 vai ser muito melhor do que o ano passado.

O comércio exterior já começa a refletir essa nova realidade. A queda dos preços das *commodities* frustrou muito o resultado da balança comercial no ano passado. Vemos que, agora, começa a haver um sinal de que se reverte essa situação. Os números de dezembro, e mesmo os primeiros números de janeiro, já mostram isso. E é de se assinalar que, apesar da queda de preços do que nós exportamos, apesar da alta de preços do que nós importamos, como no caso do petróleo, quando se olha a exportação física, houve um aumento grande da exportação, durante todo o ano, que não foi traduzido num aumento de valor, mas houve um aumento de exportação. O caso da indústria calçadista é o exemplo mais visível desse processo de transformação.

Naturalmente, ainda estamos sofrendo as conseqüências de uma adaptação do conjunto da nossa economia, e mesmo da nossa sociedade, às novas condições de produção no mundo. Estamos vindo de uma época em que havia um modelo bastante fechado da economia brasileira para uma época em que, progressivamente, a economia brasileira tem que entrar numa competição mais aberta. Mas não podemos perder de vista que não se deve encarar o mercado externo em competição com o mercado interno. Eles devem ser complementares. Um país como o Brasil depende, essencialmente, de ampliar as suas exportações para ter mais autonomia. Um país como o Brasil não pode ser pensado como se fosse um país meramente exportador, porque é um país de uma vasta população, que tem sede de consumo, que precisa consumir, e, portanto, temos que nunca perder de vista, também, o nosso mercado interno.

É claro que, se imaginamos o Brasil neste contexto – a ênfase no comércio exterior – temos que ter alguns objetivos bastante claros. Precisamos, nesse sentido, criar para o Brasil, para a empresa brasileira, um espaço econômico ampliado na América do Sul. Por isso mesmo, para nós, a ênfase no Mercosul é muito importante, mas não podemos deixar de aumentar, também, o comércio com as principais potências econômicas do mundo: os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, que são fontes, além do mais, de capital e de tecnologia. Não podemos, por outra parte, nos esquecer de aproveitar as novas oportunidades de crescimento que se expandem no Leste Asiático e, agora, na Europa Oriental.

Não nos iludamos, precisamos buscar regras claras na competição internacional. Nesse sentido, a OMC é fundamental para nós, porque senão vamos ficar com muitas dificuldades numa “lei da selva”, que é a lei dos mais fortes, se não houver regras que nos permitam uma expansão coordenada dos nossos esforços.

Tendo dito isso, é preciso reconhecer também que o Mercosul passou, no ano passado, por um momento difícil. Pela primeira vez, desde a assinatura do Tratado de Assunção, vimos que os nossos parceiros não tiveram crescimento. O Uruguai, a Argentina, o Paraguai até mes-

mo apresentaram alguns índices expressivos de perda do produto. No caso brasileiro – graças ao nosso empenho – conseguimos que o produto viesse a ser positivo. Todos se lembram das hipóteses catastrofistas de que íamos ter recessão de 4%, 5% até 6%. Na verdade, não vimos ainda os dados finais, mas todos já sabem que o crescimento foi pequeno mas foi positivo, e deve estar acima de 0,5%. Isso não nos deixa felizes, mas nos deixa convencidos de que temos caminho para, no ano 2000, revertermos, efetivamente, essa situação.

Na verdade, com o que aconteceu no Mercosul, houve uma retração nos fluxos de comércio. E acontece, também, que por coincidência, em 1º de janeiro de 99, tivemos o fim da vigência do regime de adequação para o Brasil e a Argentina. Isso levou à virtual eliminação de tarifas do comércio bilateral. Houve, evidentemente, muitas empresas que demonstraram vulnerabilidade e que não conseguiram os ganhos de produtividade e a competitividade que são necessários para a sobrevivência num ambiente de concorrência mais acirrada. Isso criou um ambiente propício a atritos comerciais e a demandas protecionistas. Todos assistimos, nesse ano passado, ao que aconteceu. Foi nesse contexto que eclodiu o contencioso comercial entre o Brasil e a Argentina. Graças, entretanto, ao entendimento informal de empresários argentinos e brasileiros, em setembro do ano passado, continuamos o comércio bilateral, e a nossa indústria brasileira conseguiu terminar o ano de 99 com um volume de exportações para a Argentina similar ao do ano de 98.

Isso não é uma solução definitiva. Não pode ser. Então, continuamos a dialogar com o governo argentino para buscar mecanismos de solução de controvérsias, eliminar as restrições e assegurar que o Mercosul seja um elemento propulsor na expansão qualificada da indústria calçadista brasileira.

Vamos falar claramente: não interessa a persistência de uma agenda negativa com os nossos parceiros do Mercosul. Temos um compromisso maior, um objetivo estratégico que transcende a questões pontuais. Por isso, o Mercosul é para nós muito importante para que possamos fazer valer os nossos interesses na América do Sul, e mesmo no hemisfério

ocidental, e entabular negociações com os Estados Unidos e, sobretudo, com a União Européia. Tenho insistido muito nas conversas que mantive com os meus novos colegas, os presidentes da Argentina e do Uruguai — já tinha feito com o do Paraguai —, no sentido de convencê-los, e isso não é difícil, de que a solução para o Mercosul é mais Mercosul.

Não podemos nos iludir quanto a isso. O Brasil não pode esquecer que o Mercosul é um objetivo estratégico. Precisamos expandir o nosso mercado para que possamos ter, nas décadas por vir, um futuro mais tranquilo. Temos que criar essas condições com largueza e visão, até chegarmos à implantação efetiva da união aduaneira. Temos que fazer o que estamos fazendo.

Ainda nessa semana passada, o Ministro Machinea esteve com o Ministro Malan, discutindo uma série de elementos para uma consolidação de convergência nas políticas macroeconômicas. Ao mesmo tempo, precisamos, como já lhes disse aqui, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, da Alca e na cooperação com a União Européia, ter um Mercosul unido, para que possamos, com mais precisão, levar adiante os nossos objetivos.

Não nos iludamos: a globalização, deixada à sua própria sorte, impõe a “lei da selva”, é a imposição do mais forte sobre o mais fraco. E isso não nos convém. Se isso não nos convém, temos que, efetivamente, fortalecer não só o nosso setor nacional como o Mercosul e expandir para a América do Sul, para que possamos, de fato, dispor de cartas para jogar o grande jogo que se dá no plano mundial. Sozinhos, não teremos a mesma força que teremos juntos com os nossos parceiros do Mercosul e da América do Sul. Não podemos esquecer que o Brasil, que é uma das dez maiores economias do planeta, tem um fluxo de comércio de apenas 1,5% do comércio mundial. Precisamos, portanto, lutar, e lutar com muito empenho, para que avancemos nesse sentido. Para isso, precisamos de certas regras uniformes no comércio internacional.

É uma ilusão pensar que, ao debilitar a Organização Mundial do Comércio, estamos tirando uma vantagem com isso. Não é assim. Sem a OMC é pior porque, aí, não temos senão uma negociação

bilateral sem regra. Na negociação bilateral sem regra, o mais fraco não vai ganhar do mais forte. É uma ilusão pensar, portanto, que, ao debilitar a OMC, estamos avançando no comércio, em favor do Brasil. Não estamos. Estamos nos preparando para o futuro.

É claro que a OMC não pode ser vista como uma obra acabada. Há problemas que penalizam as nossas exportações, sobretudo no setor calçadista, que tem sentido isso de forma muito direta. Estamos vendo também que há muitos setores que estão sofrendo as regras do comércio internacional, que são discriminatórias, e o mais gritante em tudo isso é a agricultura. Os países europeus gastam 160 bilhões de dólares para subsidiar a agricultura e para impedir que haja acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados já desenvolvidos. É um escândalo, mas esse escândalo só podemos enfrentá-lo, na verdade, com uma ação internacional, forçando regras, mantendo negociações na OMC e, também, vamos ser claros: aperfeiçoando, nós próprios, certos mecanismos de *anti-dumping*, de medidas compensatórias, para evitar que eles utilizem essas medidas num flagrante e escandaloso protecionismo e não tenhamos condições de nos defender.

Mas não vamos desistir. Sabemos das dificuldades, mas estamos nos modernizando, estamos enfrentando todas essas questões e mantemos os objetivos de chegar a uma exportação de 100 bilhões de dólares no ano 2002. Se o país não tem um projeto, um objetivo, não chega lá. É preciso ter um objetivo. É difícil? É difícil. Mas vamos nos preparar para isso. Vocês sabem perfeitamente que o governo brasileiro tem feito um esforço grande nessa direção.

Aqui, ouvi, com muita atenção, o que foi dito a respeito do que falta nesse esforço. E falta. Falta muita coisa, mas devo lhes dizer também que algo já foi feito e algo mais vai ser feito. Só para lhes dar um exemplo, nos últimos quatro anos, o governo recebeu 83 petições do empresariado nacional para processos *anti-dumping*. Abrimos 73 processos e ganhamos em 42, porque o governo impôs direitos compensatórios, ou seja, 60% dos casos, que equivalem, na média, ao que ocorre com os países desenvolvidos.

Há poucos anos, não tínhamos a capacidade de nos defender. Não tínhamos nem sequer a noção da engrenagem necessária para abrir uma questão na OMC, para impor direitos compensatórios, para tomar medidas *anti-dumping*, mas estamos aprendendo e estamos atuando nessa direção.

Modificamos os nossos processos de controle da exportação. Hoje, o Siscomex funciona com muito maior precisão. Ele não existia há três ou quatro anos. Agora, estamos preparando o Siscomex para funcionar *on line*, para servir também como uma espécie de ampliação das nossas ofertas de exportação e de informações para nossos produtores nacionais. Então, houve um avanço nessa direção também.

Acrescentamos à base exportadora do Brasil cerca de duas mil novas empresas, o que é um crescimento importante: cerca de 15% ao ano. E nós, apesar de tudo, aumentamos, como disse, o comércio exterior em 4,5%.

Pois bem, estamos também lutando em outras áreas que não afetam só os calçados, mas também o controle sanitário. Estamos abrindo uma ampla frente de lutas de preservação do interesse da produção nacional. Quero lhes dizer também que, no que diz respeito ao apoio para a questão das exportações, temos ampliado o acesso a novos mercados: Jamaica, Armênia, Afeganistão, Coreia do Norte, Iêmen e Índia. Temos feito um grande esforço.

Falta, por um lado, entender que é preciso ter redes de distribuição lá fora, porque a rede de distribuição se apropria do ganho. Progressivamente, nossos empresários têm que, também, ir lá para fora. O BNDES está colocando mais recursos à disposição para o financiamento das exportações. Falta, por outro lado, o que aqui foi pedido: a desoneração da produção exportada.

Vamos fazer isso! Vamos fazer isso e quero lhes dizer, de forma concreta, do que se trata. Não apenas demos de presente o ICMS, como disse o Governador Mário Covas – também pagamos um pouquinho, ressarcimos um pouquinho do que demos de presente –, mas estamos também tratando de ver o que fazer com as contribuições sociais. E já existe a determinação, a lei. Agora, falta a regulamentação, que, em breves dias, será feita para desonerar inteiramente a exportação dos impostos que são pagos no plano federal tam-

bém. É só a regulamentação. E ela será feita de forma a atender o justo anseio de que possamos não exportar imposto, mas competir em melhores condições, para os nossos produtores, com os nossos concorrentes lá fora. Isso vai ser feito.

É claro que não podemos imaginar que, do dia para a noite, se resolvam todos os problemas. Mencionei alguns dos esforços do programa especial de exportações, mas quero lhes dizer que o governo tem a firme determinação de seguir adiante na modernização e na promoção dos nossos produtos.

Quero fazer uma exortação: assim como aqui, de forma muito clara, foi nos dito, e com ênfase, sobre a confiança que tem o setor calçadista, o setor coureiro na sua capacidade produtiva, é preciso que tenhamos também a capacidade de, lá fora, impor os nossos produtos. É preciso ter marca, é preciso ter qualidade. A marca Brasil precisa ser vista como uma vantagem. Assim como estamos fazendo esforços aqui dentro – e me esqueci, mas vou referir ao fato que fizemos um grande esforço no setor dos portos – paulatinamente estamos baixando os custos, com muito esforço. É um conjunto de medidas para que as coisas possam funcionar a contento, é preciso mais audácia da nossa parte. E quando digo nossa é nossa mesmo, não é só do governo, é empresarial também. Juntos, mais audácia, para que possamos lá fora produzir mais. Mais audácia para que nós nos lancemos em novos produtos. O futuro não está em vender mais do mesmo. O futuro está em vender mais do novo e criar fontes novas de riquezas, criar produtos novos. E isso não se faz sem apoio ao trabalhador, sem escola, sem capacidade tecnológica e sem a criatividade.

Passei, vi, muito depressa – é verdade –, mas vi a diversidade imensa desta feira. Senti o pulso não apenas no que diz respeito à base de infra-estrutura produtiva, mas à engenhosidade para a criação de modelos. Isso é crucial. O mundo moderno não é um mundo em que se possa vencer sem que a inteligência e a criatividade sejam inseridas mesmo no centro da produção. É com esse espírito que vim a esta feira e volto para Brasília, daqui a alguns instantes, reconfortado por ver o ânimo que aqui está materializado nos estandes, tor-

cendo para que vendam bastante, torcendo, sobretudo, para que empreguem muito mais. O Brasil precisa de dar emprego aos seus filhos e emprego aos seus filhos só dará se houver mais indústrias capazes de absorver mão-de-obra. Que tenham sorte e que sigamos confiantes neste ano 2000, porque o Brasil é grande e merece.

Muito obrigado.